

IGNACIO M. RANGEL
Especial para o Folha

A teoria da inflação inercial parece que lançou raízes. As temporárias raízes das modas, que são esquecidas, tão pronto se tornam vitoriosas, mas raízes, em todo caso. Que parecem duráveis, como as dos nossos jacarandás e como as dos carvalhos de outras plagas. Tem, para isso, o fato de ser plausível, de ser de fácil aceitação, especialmente no que se convencionou chamar de "economia indexada".

Para os economistas essa teoria é um verdadeiro achado, porque retira o problema da inflação do campo da economia, remetendo-o ao campo da psicologia social. Problema a resolver-se, não por medidas econômicas, mas por artifícios que conduzam a uma miraculosa reversão de expectativas. A partir do momento em que consigamos persuadir as pessoas de que os preços tendem a baixar, ou, simplesmente, a não subir ou a subir menos, estaria salva a Pátria. E este não é assunto para os economistas, mas para os psicólogos sociais ou para os políticos. Se a coisa não der certo, a culpa é destes, não dos inventivos economistas, criadores do mito.

Porque é de um mito que se trata. Quem dedicar alguns minutos ao gráfico da página 50 de meu "Milagre e Anti-Milagre" (Jorge Zahar Ed.), verá que nossa inflação reflete fielmente —ou talvez servilmente— as mudanças da conjuntura, que não constituem problema de psicologia social ou de política, senão no estrito sentido de política econômica. Noutros termos, a inflação é um fato quadradamente econômico, o qual, consequentemente, só com meios econômicos pode ser abordado: Uma pena para a nossa profissão, que não pode distribuir por alheios ombros o peso do problema.

O paradoxo fundamental da nossa inflação reside no fato de que ela se exacerba nas fases recessivas dos ciclos, amainando quando passamos às fases expansivas ou ascendentes. Por outras palavras, a taxa de inflação se eleva quando a demanda torna-se mínima e declina com o advento das fases "a" dos ciclos —nossos ciclos breves ou "jugulares brasileiros". Ora, se, como se tornou elegante dizer, não temos ciclos e nem sequer nos detivemos a correlacionar os movimentos de conjuntura com os da inflação, então esta se converte, de fato, num fenômeno incompreensível, passível de numerosas explicações que não descem ao fundo da questão, mas podem ser mais ou menos plausíveis, embora insustentáveis, como essa infável teoria da inflação inercial.

Compreende-se que seja indigesto pretender que a inflação é indiferente —ou, pior ainda, comporta-se a contrário senso— frente aos movimentos da demanda global. A coisa mudará de aspecto se, em vez de cogitarmos apenas dos níveis absolutos da demanda, o que nos conduziria ao paradoxo supra, cuidarmos dos níveis relativos da oferta e da demanda globais. Por outras palavras: se, conjunturalmente, ao entrar a economia na fase recessiva, declina a demanda, —como é curial, mas declina, mais que proporcionalmente, a oferta, terá havido uma expansão relativa daquela, suficiente para, muito ortodoxamente, exacerbar a inflação. Isto posto, ficamos com o problema —econômico, não de psicologia social— de saber por quê, na fase recessiva do ciclo a oferta se contrairia, nas condições indicadas, isto é, mais que proporcionalmente à demanda.

Nosso ponto de partida está na constatação do fato de que a economia brasileira está fortemente oligopolizada, podendo, em certos casos, operar como se monopolizada fosse (no sentido de monopólio e monopsônio). Noutros termos, o empresariado, quando confrontado com uma demanda (ou uma oferta) atomizada, pode concertar-se para fixar preços administrados do seu interesse, isto é, mais altos, de modo a compensar a contração do volume dos negócios, assim como a elevação dos custos unitários implícita nessa contração.

Mas isto seria apenas o ponto de partida, que não estaria presente, no caso de uma economia de competição perfeita, ou quase. Oligopolista, ou não, o empresariado, se confrontado com boas oportunidades de investimento, procuraria produzir vultosos excedentes de caixa para aproveitar aquelas oportunidades e isso representaria uma ameaça à coalizão capaz de fazer o oligopólio operar como se monopólio fosse. Assim, tudo vai ficar na dependência de saber se a economia —sim ou não— oferece boas oportunidades de investimento. Isto nos traz, de volta, ao problema do ciclo —do típico ciclo breve brasileiro, que, nas fases recessivas, confronta o empresariado com uma área de capacidade ociosa (sem oportunidades de investimento, portanto) e uma área de pontos de estrangulamento (carregada, portanto, de oportunidades potenciais de investimento, pendentes, entretanto, de condições, inclusive institucionais, para se tornarem efetivas).

IGNÁCIO M. RANGEL, 71, é economista e formado em Direito, ex-presidente do Conselho Regional de Economia (RJ) e autor de vários livros, entre os quais "A inflação brasileira".